

# Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Relator cede a ruralistas na lei do IR** ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Grandes empresas conseguem nos tribunais reduzir contribuição ao INSS** ..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Centrão quer Fundão de R\$ 4 bilhões** ..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

**Novo IR dá vantagem para pessoa jurídica** ..... 6

R7  
SEGURIDADE SOCIAL

**Precatórios: governo tenta adiar dívida de R\$ 90 bilhões (Brasília)** ..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Ibaneis: ICMS não causa aumento** ..... 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Estados querem compensação para apoiar IR e defendem reforma ampla** ..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Governador reclama de condução da reforma** ..... 13

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Aliados vetam carta condenando ataques do presidente** ..... 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Gasolina vale quase R\$ 6,80 em Minas e passa de R\$ 7 no país** ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**IR maior sobre alta renda pode financiar proteção social, mostra estudo** ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Polêmicas de Ribeiro ignoram os desafios da educação (Editorial)** ..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

**Bolsonaro, agora, politiza o fracasso - NAS ENTRELINHAS** ..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Guedes vê equilíbrio** ..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Investir para o PIB crescer mais - RAUL VELLOSO** ..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Governo elabora projeto com dados desfasados ..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Culpar ICMS por alta de combustível é falácia, dizem governadores ..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Brasil está "dentro do jogo" com inflação de 8% em 2021, afirma Guedes ..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

A hemorragia da evasão escolar (Editorial) ..... 31

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

É abuso reajustar Fundo Eleitoral acima da inflação (Editorial) ..... 33

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Contra temor fiscal ..... 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Tesouro diminui emissão de títulos com alta de juros ..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Casa Verde e Amarela pode ter revisão ..... 36

# Relator cede a ruralistas na lei do IR

*Rafael Walendorff e Fabio Graner, César Felício*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186987?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186987?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186987?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186987?page=1&section=1)

# Grandes empresas conseguem nos tribunais reduzir contribuição ao INSS

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186987](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186987)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186987](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186987)

## Centrão quer Fundão de R\$ 4 bilhões



O Palácio do Planalto abriu negociações com o Congresso com o objetivo de fechar um novo valor para o Fundo Eleitoral, que poderá ser previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2022. No que depender dos parlamentares do Centrão, o montante deve ficar em torno de R\$ 4 bilhões, mas analistas acreditam que a cifra ainda precisará ser negociada durante a tramitação do projeto de lei orçamentário no Parlamento. O governo precisa enviar o PLOA ao Legislativo até o próximo dia 31, porém tudo indica que essa negociação deve se estender pelo segundo semestre, de acordo com técnicos do legislativo.

Ao vetar o Fundão de R\$ 5,7 bilhões na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU), o presidente Jair Bolsonaro disse que proporia o valor de 2020, de R\$ 2 bilhões, corrigido apenas pela **inflação** no PLOA. Mas o tamanho do fundão dependerá das negociações das emendas parlamentares e demais despesas. Todas precisam caber no Orçamento que, de acordo com a LDO, prevê uma meta fiscal permitindo um rombo de até R\$ 170,4 bilhões nas contas do governo central - que inclui Tesouro Nacional, Banco Central e **Previdência Social**.

Conforme especialistas, é preciso que Executivo e Legislativo entrem em acordo para fechar as contas, respeitando as regras fiscais vigentes. "Esse valor vai depender do que for discutido, e é importante definir com clareza os critérios para o financiamento das campanhas. O limite para o fundão precisará ser definido por meio de um consenso, mas é imprescindível que os critérios sejam transparentes, e as regras fiscais, respeitadas", avaliou o especialista em contas públicas Leonardo Ribeiro, economista do Senado.

Para o deputado e líder do Novo na Câmara, Paulo Ganime (RJ), Bolsonaro tentou se aproveitar do veto do fundão pensando que a opinião pública iria poupá-lo por ter freado o tema mais polêmico. "Ele já está cedendo às pressões do Centrão e dos interesses políticos há tempos, isso é só mais um gesto nessa direção", disse. Na avaliação do parlamentar, o ideal seria mudar a lei para acabar com o fundo eleitoral. Entretanto, enquanto isso não acontece, é esperado que Bolsonaro mantenha o mínimo legal, de R\$ 800 milhões, sobretudo por conta da pandemia. "Ainda é um momento delicado e com uma crise fiscal muito agravada por conta das ações que foram colocadas em prática nesse último um ano e meio."

Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, destacou que, por conta das discussões sobre o Orçamento, o mercado poderá ficar ainda mais pessimista. "A crise institucional e política agrava muito o cenário econômico. A economia comporta-se em função de fatos e de expectativas. Como o presidente da República gera uma crise diária - institucional e política com efeitos fiscais -, podemos estar às vésperas de um "tsunami" perfeito", frisou.

Para ele, o fundão deverá ficar em cerca de R\$ 4 bilhões. Os R\$ 5,7 bilhões eram o bode na sala. "Os R\$ 4 bilhões, a meu ver, contentarão o Centrão, mas é um valor elevado. Representa, por exemplo, duas vezes o valor do Censo Demográfico que deixamos de realizar há dois anos sob a justificativa de que faltam recursos", destacou. (RH e CN)

### Financiamento

O Fundo Eleitoral financia as eleições, quando ocorrem. O Fundo Partidário é anual, gira em torno de R\$ 800 milhões a R\$ 900 milhões e é rateado entre os partidos. A isenção fiscal do horário eleitoral gratuito, que foi de R\$ 1,038 bilhão nas últimas eleições, foi vetada com o Fundão pelo presidente.

# Novo IR dá vantagem para pessoa jurídica

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Com uma nova tentativa de votação prevista para esta semana na Câmara, o projeto que altera o Imposto de Renda pode aprofundar o "fosso" que existe hoje entre a tributação que é cobrada do empregado com carteira assinada e a dos sócios de empresas que pagam pelo lucro presumido, um regime de tributação simplificado, muito usado por médicos, advogados, dentistas, contadores e economistas.

Essas distorções podem fazer, por exemplo, com que a alíquota que incide sobre a remuneração de um sócio, que hoje já é três vezes menor do que a de um trabalhador assalariado, fique em alguns casos até cinco vezes mais baixa.

Se o parecer do relator do projeto, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), for aprovado como está, estimulará ainda a ampliação do fenômeno que existe no Brasil de "pejotização", atesta o economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal.

A "pejotização", que nasceu em meados da década de 90 e proliferou nos anos seguintes, tem feito com que profissionais se transformem em sócios de empresas dos regimes simplificados de **tributos** (Simples e lucro presumido) para pagar menos imposto e mascarar um vínculo empregatício. Do jeito que está, a reforma pode fazer, inclusive, com que as empresas se fragmentem para manter a isenção.

O parecer beneficia, principalmente, profissionais liberais, como advogados, médicos e economistas, de renda alta e média alta. Segundo Appy, acima de R\$ 5 mil já é muito vantajoso uma pessoa física "virar" empresa do Simples.

De acordo com cálculos feitos por ele, a tributação sobre a remuneração do trabalho de um sócio de uma empresa que recebe R\$ 20 mil por mês cai de 11,3% para 7,3%, enquanto a de um trabalhador assalariado recua apenas 0,7 ponto percentual, de 44,4% para 43,7%.

Em outro exemplo, com o parecer de Sabino, um sócio de uma empresa do lucro presumido que tenha uma renda de R\$ 100 mil por mês passa a ser tributado em 7,9%, ante 11,9% na alíquota atual. Um empregado formal com a mesma renda terá uma queda da tributação de 45,7% para 45,6%. Ou seja, apenas 0,1 ponto percentual, devido ao efeito da correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

"A **reforma tributária** deveria reduzir essa diferença, e não aumentar. Um bom sistema tributário tem de fazer com que rendas equivalentes sejam tributadas de forma equivalente", diz Appy. Para ele, a sociedade brasileira não pode ficar quieta assistindo a essa situação porque "advogados, médicos e outros profissionais" estão "chiando" porque vão pagar mais imposto, quando, na prática, já pagam muito pouco.

"É ridículo. Eu mesmo, como economista, sou beneficiado por isso, já pago pouco imposto e vou pagar menos ainda", critica o diretor do CCiF.

As distorções aumentaram depois que Sabino isentou totalmente as empresas do lucro presumido que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano e as do Simples de pagar o Imposto de Renda sobre os dividendos distribuídos a sócios, o que acaba funcionando como salário em boa parte dessas companhias. E, por outro, reduziu em 10 pontos percentuais o IR que incide sobre o lucro das empresas: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (8,5 pontos percentuais) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (1,5 ponto percentuais).

Simulações. De olho nos rumos do projeto, Appy passou os últimos dias fazendo uma série de simulações, usando uma metodologia ampla que considera a tributação incidente sobre a renda (**tributos** sobre a renda das pessoas físicas e jurídicas) e as contribuições incidentes sobre a folha de salários (empregador e empregado).

Na sua avaliação, a inclusão das contribuições sobre a folha de salário no cálculo é importante, porque os **tributos** que incidem sobre a folha e não geram benefícios para os trabalhadores (como a contribuição patronal acima do teto do salário de contribuição ao **INSS**) são, efetivamente, uma taxa sobre a renda do trabalho.

Como as contribuições sobre a folha financiam benefícios para os trabalhadores, como aposentadoria e o FGTS, Appy também fez projeções com a tributação líquida, descontando o valor presente desses benefícios.

O economista pôde verificar, inclusive, que, para um sócio do Simples com renda mensal de R\$ 10 mil, o valor dos benefícios excede a taxa - ou seja, no final, ele recebe mais benefícios do que foi tributado.

A votação do parecer foi adiada por três vezes, mas conta com o patrocínio do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL). Lira quer aprovar o texto mesmo com as resistências.

I Na ponta do lápis

"A **reforma tributária** deveria reduzir essa diferença, e não aumentar.

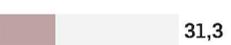
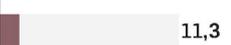
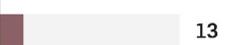
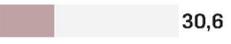
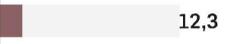
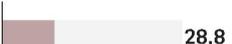
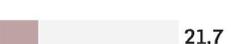
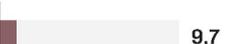
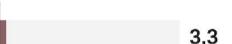
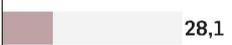
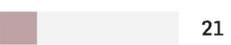
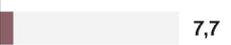
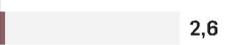
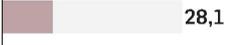
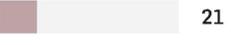
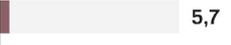
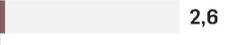
Um bom sistema tributário tem de fazer com que rendas equivalentes sejam tributadas de forma equivalente." "Eu mesmo, como economista, sou beneficiado por isso, já pago pouco imposto e vou pagar menos ainda." Bernard Appy DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

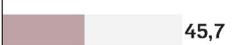
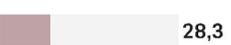
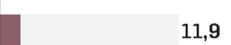
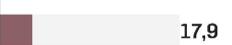
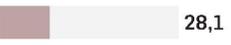
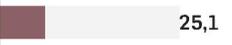
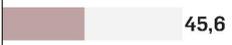
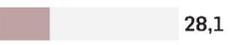
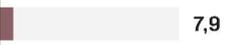
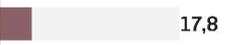
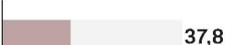
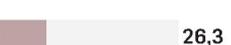
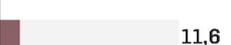
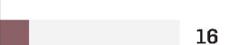
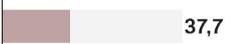
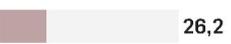
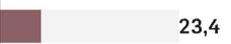
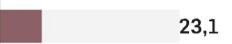
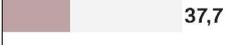
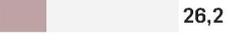
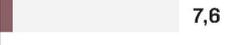
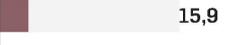
## COMO PODE FICAR

● Veja a comparação de quem vai pagar mais ou menos imposto com as novas regras

### Remuneração de R\$ 20 mil por mês

EM PORCENTAGEM	EMPREGADO FORMAL	SERVIDOR PÚBLICO	SÓCIO EMPRESA/ LUCRO PRESUMIDO	SÓCIO EMPRESA/ SIMPLES
<b>Sem considerar benefícios*</b>				
Sistema atual	 44,4	 31,3	 11,3	 13
Projeto do IR enviado pelo governo	 43,7	 30,6	 9,3	 12,3
Texto do relator	 43,7	 30,6	 7,3	 12,3
<b>Considerando benefícios*</b>				
Sistema atual	 28,8	 21,7	 9,7	 3,3
Projeto do IR	 28,1	 21	 7,7	 2,6
Texto do relator	 28,1	 21	 5,7	 2,6

### Remuneração de R\$ 100 mil por mês

EM PORCENTAGEM	EMPREGADO FORMAL	SERVIDOR PÚBLICO	SÓCIO EMPRESA/ LUCRO PRESUMIDO	SÓCIO EMPRESA/ SIMPLES
<b>Sem considerar benefícios*</b>				
Sistema atual	 45,7	 28,3	 11,9	 17,9
Projeto do IR enviado pelo governo	 45,6	 28,1	 23,8	 25,1
Texto do relator	 45,6	 28,1	 7,9	 17,8
<b>Considerando benefícios*</b>				
Sistema atual	 37,8	 26,3	 11,6	 16
Projeto do IR	 37,7	 26,2	 23,4	 23,1
Texto do relator	 37,7	 26,2	 7,6	 15,9

\*CONSIDERANDO A TRIBUTAÇÃO INCIDENTE SOBRE A RENDA E AS CONTRIBUIÇÕES SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS (EMPREGADOR E EMPREGADO)

FONTE: CÁLCULOS DE BERNARD APPY, DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

# Precatórios: governo tenta adiar dívida de R\$ 90 bilhões (Brasília)

**Brasília**

/  
**Mariana Londres, do R7, em Brasília**

Para cumprir o teto de gastos e abrir espaço para o Auxílio Brasil, o novo Bolsa Família, o governo federal propôs uma mudança na Constituição para permitir o parcelamento de dívidas do poder público com cidadãos e empresas reconhecidas pela Justiça (precatórios) em até dez anos.

Na justificativa da proposta, o ministro da Economia, Paulo Guedes, argumenta que os valores dos precatórios previstos para 2022 são de R\$ 89,1 bilhões. Houve aumento de 143% na comparação com 2018. O valor compromete, segundo o governo, quase todo o orçamento disponível para as despesas discricionárias, que não são obrigatórias.

Em 2021, segundo o ministro, R\$ 54,4 bilhões serão gastos com sentenças judiciais. Isso representa 46% de toda a despesa discricionária. Em 2022, a soma deve chegar a dois terços de todo o orçamento discricionário.

Com a proposta, de acordo com o advogado especialista em precatórios Renato Azeredo, o tempo que as pessoas esperam para receber essas dívidas pode chegar a 55 anos. "O governo ganha com os juros desse dinheiro que ele não paga. Os processos duram de 35 a 40 anos. Agora (com mais esse prazo), vão demorar 55 anos. As pessoas morrem e não conseguem receber", explica o especialista.

Mudanças na legislação têm jogado os pagamentos para frente, destaca Azeredo. "Em 2006, ficou decidido que os precatórios atrasados teriam que ser pagos até 2020. Depois, foram para 2022. Agora, quem está na fila para receber há anos terá o valor parcelado em até dez vezes", explica.

O que diz a PEC 23/2021

A PEC muda o pagamento dos precatórios. Até 2029, aqueles com valor acima de R\$ 66 milhões poderão ser quitados com entrada de 15% e nove parcelas anuais.

A avaliação do Ministério da Economia é de que, se a PEC for aprovada ainda neste ano, 47 precatórios poderão ser parcelados, gerando economia de R\$ 22,7 bilhões em 2022.

Precatórios de até 60 salários mínimos - hoje R\$ 66 mil - continuam sendo quitados à vista. Outros precatórios poderão ser parcelados se a soma total superar 2,6% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União. Nesse caso, o parcelamento começará pelos de maior valor.

O texto prevê também mudanças nos juros desses títulos. Todos passarão a ser corrigidos pela Selic.

A PEC recebeu críticas no Congresso. Para o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), trata-se de uma "pedalada fiscal". "É constitucionalizar um crime de responsabilidade. É um calote. Estamos falando de pessoas físicas, jurídicas e entes da Federação que passaram até 20 anos litigando contra a União".

Apesar da polêmica, o texto tem chances de ser aprovado pela força da base do governo.

A empresária Luciana Hirata Custódio, 37 anos, perdeu o pai em 1994, quando tinha 11 anos. Pela lei brasileira, Luciana e o irmão deveriam receber pensão pela morte do pai, que contribuía para a previdência pelo teto do **INSS**. Perto dos 18 anos, Luciana foi alertada de que tinha direito ao benefício e procurou a Justiça. A ideia era pagar a faculdade.

A empresária não sabia, no entanto, que o dinheiro demoraria tanto. Em julho de 2019, 21 anos depois de ter entrado na Justiça e 25 anos depois da morte do pai, Luciana ganhou a causa. Recebeu os valores em julho de 2021. "O valor que eu não recebi em 1994 poderia ter sido revertido em um curso universitário. Precisei trabalhar para pagar a faculdade, e poderia ter sido diferente", conta.

A avaliação de Luciana é de que o dinheiro recebido, após tanto tempo, não é suficiente para compensar o tempo perdido no processo.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasilia/precatorios-governo-tenta-adiar-divida-de-r-90-bilhoes-24082021>

## Ibaneis: ICMS não causa aumento



Samara Schwingel Luana Patriolino

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), afirmou ontem que, ao contrário do que vem dizendo o presidente Jair Bolsonaro, o aumento no preço dos combustíveis não é culpa dos governadores. A declaração foi feita após a reunião do IX Fórum Nacional de Governadores. Segundo o chefe do Executivo do DF, essa "narrativa" é uma "falácia". "Nenhum governador em nenhum estado aumentou o ICMS dos combustíveis", afirmou. "Houve nove reajustes de combustíveis pela Petrobras", completou.

Além disso, Ibaneis afirmou que o aumento no preço de combustíveis tem relação com a instabilidade política do Brasil e defendeu melhoria no diálogo entre os Poderes. "Isso (a alta de preços) é gerado, também, pela instabilidade política por que passa o Brasil", disse.

### Reforma tributária

Ibaneis criticou, também, as propostas de **reforma tributária** encaminhadas ao Congresso pelo governo federal, que vêm sendo criticadas por especialistas e desagradaram à maioria dos chefes de executivo dos estados. Para o governador do DF, o problema está justamente em quem propôs a reforma: o ministro da Economia, Paulo Guedes. "É ruim por conta do Paulo Guedes, foi ele que encaminhou", disse.

O Congresso tem propostas tramitando nas duas Casas em relação ao sistema tributário do país: A PEC 45/2019, que começou a tramitar na Câmara, e a PEC 110/2019 - apresentada no Senado e que deve ser discutida nesta semana. As duas matérias tratam da fusão de **tributos** que incidem sobre bens e serviços.

No caso dos **tributos** sobre consumo, Guedes acredita que seja melhor aprovar primeiro a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que unifica o PIS e a Cofins. Depois, segundo ele, poderiam ser incluídos o ICMS, estadual, e o ISS, dos municípios.

Há, ainda, outra proposta em tramitação na Câmara - o PL 2.337/21, que altera o Imposto de Renda, e que tem como um dos destaques a tributação dos dividendos em 20%. O ministro disse que aqueles que reclamam desse projeto são os que atualmente são isentos do imposto e vão ter de começar a pagar.

Para Ibaneis, a proposta endivida ainda mais as unidades da Federação. "Na posição de todos os governadores e na minha, de forma especial, é uma reforma totalmente atabalhoada. Vai trazer um prejuízo para estados e municípios na ordem de R\$ 15 bilhões. É inadmissível, neste momento de retomada da economia, em que as despesas dos estados estão muito grandes", defendeu. "Não traz nada de simplificação na cobrança dos **tributos**. É uma reforma muito ruim. Eu já disse isso em várias oportunidades e reafirmo o quão ruim é esse projeto", reiterou.

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), acredita que a matéria é incoerente. "Temos que tratar, sim, de uma **reforma tributária**. Mas tratar dentro de uma lógica para simplificar, para garantir as condições do investidor. E ainda tratar de outros temas que podem ampliar a capacidade de investimento no Brasil como fazem outros países", afirmou.

Etanol também dispara

Os preços médios do etanol hidratado subiram em 21 estados na semana passada, de acordo com levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Em outros cinco estados, as cotações recuaram. No Distrito Federal, não houve apuração. Nos postos pesquisados pela ANP em todo o país, o preço médio do etanol subiu 2,23%, de R\$ 4,399 para R\$ 4,497 o litro. Em São Paulo, principal estado produtor, consumidor e com mais postos avaliados, a cotação média do hidratado ficou em R\$ 4,262 o litro, alta de 2,38% ante a semana anterior (R\$ 4,163).

# Estados querem compensação para apoiar IR e defendem reforma ampla



*Thiago Resende Fábio Pupo*

Para apoiar o projeto de reforma do Imposto de Renda, os estados pedem que o governo federal crie um mecanismo para evitar perdas de arrecadação.

O Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda) ainda calcula que o projeto poderá reduzir em cerca de R\$ 14 bilhões por ano a receita de estados e municípios.

A reforma do IR prevê um corte na arrecadação do tributo, que é compartilhado com governadores via FPE (Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal).

O governo e o Congresso pretendem tentar uma nova votação do projeto na Câmara nesta semana, mas ainda não há apoio dos governos estaduais.

O projeto de lei que altera o IR está sob críticas desde que foi enviado ao Congresso, no fim de junho.

A versão original do governo trazia a taxação de dividendos acompanhada de uma redução considerada tímida no imposto das empresas, desagradando a iniciativa privada.

Nas mãos do relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), o texto passou por uma série de alterações.

O congressista manteve a taxação de dividendos, mas ampliou de forma significativa o corte do imposto sobre as companhias. A partir daí, o texto passou a desagradar também estados e municípios, que reclamam de perda de receita.

"A nossa questão no [projeto do] IR é apenas

preservar com todo rigor o que os estados recebem do fundo de participação", disse Rafael Fonteles, presidente do Comsefaz e secretário de Fazenda do Piauí.

Secretários estaduais de Fazenda querem se reunir com o ministro Paulo Guedes (Economia) nesta terça-feira (24) para tratar da proposta.

Em busca de uma saída para o impasse, os estados apresentarão alternativas. Uma delas é reduzir o corte no IRPJ de 9,5 pontos percentuais (previsto na proposta mais recente de Sabino) para 8,5.

A alteração deve eliminar as perdas de prefeitos e governadores sentidas via fundos abastecidos pela União, embora não elimine totalmente o impacto fiscal para estados e municípios.

Restaria a subtração de R\$ 7,9 bilhões dos cofres dos entes subnacionais correspondente à diminuição de recursos obtidos com o Imposto de Renda retido na fonte sobre salário de servidores locais (decorrente da atualização da tabela para a pessoa física). Nesse caso, ao menos parte dos estados vê a perda como justificável visto que se trata de uma alteração justa com os contribuintes.

Além disso, é discutido o aumento da fatia da arrecadação dos **impostos** sobre a renda e sobre produtos industrializados a ser repassada para o FPE.

O caminho seria uma PEC (proposta de emenda à Constituição) já em tramitação no Congresso (a 51) para elevar de 21,5% para 26% a parcela a ser destinada ao fundo. O aumento ocorreria em cinco anos. Esse projeto está em análise no Senado.

O aumento de repasses no FPE é solicitado após prefeitos conseguirem um acordo pelo aumento de verbas a eles via FPM (Fundo de Participação dos Municípios), o que ainda não garantiu a aprovação em plenário.

Paralelamente, também está sendo negociado com Sabino a possibilidade de acabar com a cobrança de 1% do Pasep sobre as receitas dos estados e municípios, como possível medida para também compensar a perda com o IR.

O apoio dos estados à reforma do tributo pode ser crucial para que o governo consiga aprovar a medida no Congresso. Na semana passada, a terceira tentativa de votar a proposta fracassou.

Sem acordo em torno do texto e em meio a receios sobre o impacto para os cofres públicos, a discussão na Câmara foi adiada com apoio da própria base do Palácio do Planalto.

Durante as negociações, conforme mostrou a Folha, Guedes chegou a ensaiar a retirada da proposta. Mas o movimento causou reação de aliados e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que tem interesse em ver o projeto aprovado.

Na sexta-feira (20), Guedes afirmou que prefere não prosseguir com uma **reforma tributária** a piorar o sistema atual.

Mesmo com as negociações, os secretários estaduais de Fazenda dizem que a reforma do IR não resolve os problemas do sistema tributário. Eles ainda defendem uma reestruturação ampla, que trate principalmente das questões relacionadas ao ICMS (imposto estadual).

Na reunião com Guedes, que pode ocorrer nesta semana, o Comsefaz quer insistir que o governo tente aprovar uma **reforma tributária** mais abrangente.

"Uma **reforma tributária** não pode considerar apenas o Imposto de Renda. Longe disso. Defendemos uma reforma mais robusta e que tenha um IVA [Imposto sobre Valor Adicionado]", disse o presidente do Comsefaz.

Atualmente, uma reforma mais abrangente está sendo discutida no Senado. O texto prevê um IVA formado pela fusão de vários **tributos** federais, além do estadual ICMS e do municipal ISS.

Está em discussão a possibilidade da criação de um mecanismo que permitiria a estados e municípios se acoplarem voluntariamente às regras pelo chamado IVA Dual. O imposto incidiria sobre a mesma base.

O senador Roberto Rocha (PSDB-MA) diz que pretende apresentar seu relatório sobre a PEC 110, de **reforma tributária** ampla, ainda nesta semana. O texto, com alterações, é apoiado por entidades como a CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Guedes, no entanto, rechaça a reforma ampla. Ele entende que as discussões geram risco de a União ter que pagar centenas de bilhões a estados e municípios como compensação por eventuais perdas.

Para o ministro, é "impossível" fazer uma reforma dessa magnitude de uma vez e é melhor buscar mudanças de forma fatiada.

Mesmo assim, prometeu na semana passada a senadores fazer uma proposta em 30 ou 60 dias para a criação de uma reforma mais abrangente desde que com alguns condicionantes, sendo a principal não criar mais repasses da União para estados e municípios.

"Se não for um expediente para fazer a União pagar recursos, quero ver acontecer", afirmou na sexta.

A **reforma tributária** foi tratada no Fórum dos Governadores, que ocorreu nesta segunda-feira (23).

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49647>

# Governador reclama de condução da reforma

/ MARCELO DE MORAES

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, criticou ontem a proposta de reforma do Imposto de Renda enviada pelo governo ao Congresso. Para ele, a discussão está sendo feita de forma "atabalhoada" e pode representar prejuízo para Estados e municípios de R\$ 15 bilhões.

"Essa **reforma tributária**, na posição de todos os governadores e da minha, de forma muito especial, é uma reforma totalmente atabalhoada. Ela traz um prejuízo para Estados e municípios da ordem de R\$15 bilhões.

E ela não traz nada de simplificação da cobrança dos **tributos**.

Ela é uma reforma muito ruim.

Já tenho dito isso em várias oportunidades. E reafirmo o quão ruim é essa **reforma tributária**", disse Ibaneis.

Para o governador, a responsabilidade pelo problema é do ministro da Economia, Paulo Guedes. "Ela (a proposta) é ruim por conta do Paulo Guedes.

Foi ele quem encaminhou", afirmou. "O problema é que não é criado um imposto sobre consumo. Você simplesmente mexe nas alíquotas. É isso que ele está fazendo." O governo enviou duas propostas de **reforma tributária** ao Congresso. A primeira prevê a unificação do PIS e da Cofins num novo tributo, batizado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Enviado em junho do ano passado, o texto ainda não avançou. A segunda etapa, enviada em junho deste ano, propõe mudanças no IR.

As críticas de Ibaneis contra o governo não ficaram apenas na condução da **reforma tributária**.

Mesmo próximo politicamente de Jair Bolsonaro, Ibaneis também não poupou o presidente de críticas por tentar empurrar para a conta dos governadores a responsabilidade pelo aumento dos combustíveis. "Ele diz que a culpa do aumento dos combustíveis é por conta do ICMS dos Estados.

Isso não é uma realidade.

Isso é uma grande falácia que se coloca em relação aos Estados.

O que nós temos é que houve este ano nove reajustes de combustíveis.

É isso que está gerando aumento."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Aliados vetam carta condenando ataques do presidente

***BERNARDO MELLO FRANCO (Colaboraram Evandro  
Éboli e Sérgio Roxo)***

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Gasolina vale quase R\$ 6,80 em Minas e passa de R\$ 7 no país



JUAZÉ RODRIGUES/EM/DIA PRESS



PABLO MAGALHÃES/DIVULGAÇÃO

Em Januária, gasolina vendida a R\$ 6,35 revolta dona de casa, mecânico e servidor público, que não veem explicação para a alta

**Gabriel Ronan, Luiz Ribeiro, Portal Gerais\* e Vinícius Lemos, Camilla Dourado e Tim Filho**

O aumento nos preços da gasolina nos postos revendedores da Grande Belo Horizonte alcançou 3,07% em apenas 17 dias deste mês, levando o consumidor a pagar até R\$ 6,499 pelo litro do combustível, segundo levantamento divulgado ontem pelo site de pesquisas de preços Mercado Mineiro. Para o etanol, a alta foi ainda maior no período, ao atingir 5,95% entre odia 5e domingo, com custo máximo de R\$ 4,899. Foram consultados 145 estabelecimentos de BH e entorno.

Os gastos **impostos** aos motoristas que o Mercado Mineiro constatou são coerentes com relatório publicado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que acompanha os preços dos combustíveis em todo o país. Na semana passada, o menor preço do litro da gasolina encontrado em Minas Gerais era de R\$ 5,899 em Uberlândia, no Triângulo; e o maior custo nas bombas chegou a R\$ 6,759 em Paracatu, no Noroeste do

estado. O preço médio foi de R\$ 6,185 por litro entre os dias 15 e 21 deste mês.

De acordo com a ANP, a gasolina teve reajuste de 1,5% em média no Brasil, vendida a R\$ 5,956, frente à semana de 8a14 de agosto, portanto abaixo do apurado na Grande BH pelo Mercado Mineiro. Mas, o consumidor já paga mais de R\$ 7 no litro do combustível em postos do Rio Grande do Sul (R\$ 7,18), Rio de Janeiro (R\$ 7,05) e Acre (R\$ 7,13). Na comparação entre os estados, o preço mais alto, em média, é o dos postos do Rio de Janeiro (R\$ 6,485) e o mais baixo foi verificado no Amapá (R\$ 5,143).

Quanto ao etanol, o preço médio subiu 2,2%, também abaixo do reajuste da Grande BH, alcançando R\$ 4,497. O recorde de Minas é de Bom Despacho, no Cen-tro-Oeste: o litro a espantosos R\$ 6,19, mais caro que a média da gasolina na Grande BH. O menor valor é de R\$ 4,149 em Montes Claros, no Norte do estado, e novamente Uberlândia.

Diante da corrida dos preços, a pergunta essencial é se o consumidor pode evitar o prejuízo crescente. Feliciano Abreu, diretor do site Mercado Mineiro, indica o caminho. "Não compensa abastecer com etanol hoje, porque ele representa (em média) 75% do preço da gasolina (historicamente, diferenças abaixo de 70% indicam que esse combustível vale mais a pena). Está sendo uma surpresa desagradável, porque subiu até mais que a gasolina. Não é uma desculpa do dólar (alto), mas do mercado, que está demandando muito. A gente nem viu safra este ano", avalia.

Por outro lado, Feliciano afirma que o índice de 70% não pode ser interpretado como lei para optar pelo etanol ou pela gasolina. Isso ocorre porque há variações de desempenho dos veículos, além do comportamento do próprio motorista. "Sempre indico perguntar para o taxista ou para o motorista de aplicativo. Eles sabem responder melhor que qualquer um", diz.

O crescimento dos preços apresentado na última pesquisa do Mercado Mineiro surpreendeu o diretor do site. O preço médio da gasolina na Grande BH evoluiu de R\$ 5,918, no último dia 5, para R\$ 6,10 no domingo, representando R\$ 0,18 por litro. No caso do etanol, o custo do litro nas bombas subiu de R\$ 4,319, na média, para R\$ 4,576. Quanto ao diesel, que

abastece a maioria dos veículos de carga, o crescimento de preços foi de 0,34%. Na prática, o motorista passou a pagar dois centavos a mais no litro desse combustível: de R\$4,691 para R\$4,707.

"A gente fez a pesquisa semana passada e se assustou muito porque repassaram praticamente a integralidade da alta (do preço da Petrobras). Geralmente, cai um pouco por recomposição e transporte", afirma. Para quem usa muito o carro e consome cerca de um tanque de combustível por semana, a alta do valor do litro da gasolina, neste ano, onera o bolso de forma considerável, como explica Feliciano Abreu.

Considerando-se os reajustes aplicados desde o início do ano, em oito meses a variação alcança 31%. "Se você colocar isso em 50 litros por semana (um tanque), você está pagando R\$ 70 a mais por semana. É muito dinheiro", avalia.

**EXTREMOS** A título de exemplo do comportamento dos preços, o posto Wilson Piazza, de bandeira Shell, na Região Centro-Sul de BH, vendia o combustível mais barato no domingo na Grande BH, entre os 145 estabelecimentos pesquisados pelo Mercado Mineiro. O litro era oferecido a R\$ 5,899 e o etanol a R\$ 4,299.

Na mesma região, é vendida a gasolina mais cara entre os preços levantados, no valor de R\$ 6,499, no Bairro Luxemburgo. A bandeira é da Petrobras. O preço varia em 10,17% na comparação com o estabelecimento do Serra. O motorista que optou pelo etanol encontrou o litro mais caro, a R\$ 4,899, em posto sem bandeira instalado no Anel Rodoviário, na altura do Bairro Nazaré, Nordeste da capital mineira. (\*Amanda Quintiliano/Especial para o EM)

Promoção em Divinópolis e pesquisa em Uberlândia

Em Divinópolis, no Centro-Oeste de Minas Gerais, até domingo era possível encontrar o litro da gasolina a R\$ 6,09. O menor valor praticado na cidade, que fica a cerca de 120 quilômetros da capital, é reflexo de promoção realizada sempre aos domingos por redes de postos de combustíveis. Em poucos estabelecimentos, que não aderem à prática, o combustível era comercializado a R\$ 6,19. Ainda sem saber quanto as revendas poderão cobrar durante esta semana, alguns frentistas imaginam ao menos R\$ 6,29 por litro.

O combustível teve alta acumulada de 27,5% neste ano até julho, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Quem sentiu no bolso o aumento foi o motorista de aplicativo Gustavo Miguel. Atuando nesta área desde o início do ano, ele

acompanhou reajuste a reajuste e, aos poucos, viu a renda encolher.

Aproveitando a promoção, ainda na manhã de domingo, ele completou o tanque e gastou R\$ 250. "Vai dar para eu rodar até terça ou quarta no máximo", contou. Somam-se a isso outras despesas com a manutenção do veículo. "Se colocar pneus, óleo, que são gastos a longo prazo, não está compensando porque precisamos ainda pagar o percentual do aplicativo", disse.

Para tentar equilibrar o orçamento, o motorista está cortando despesas no dia a dia. "Um lanchinho que eu fazia na rua, o almoço, agora é só em casa", exemplificou. Alternativa para complementar a renda é fazer viagens particulares. Entretanto, nesse caso, o peso do aumento é compartilhado com o cliente.

A alta no preço da gasolina tem dado o que falar no Sul de Minas. Em Varginha, o preço ultrapassou os R\$ 6 e já subiu cerca de 50% no acumulado do ano. Os motoristas que dependem do combustível para trabalhar ficam no prejuízo. O preço da gasolina já foi reajustado nove vezes só este ano.

Os motoristas, que precisam do combustível em Varginha, pagam entre R\$ 6,17 e R\$ 6,19. Em janeiro, o preço não chegava a R\$ 5. "Está um absurdo. Eu trabalho fazendo entregas na região e o meu lucro está sendo usado para abastecer o veículo", diz um trabalhador autônomo, que prefere não ser identificado.

**SUSTO** Paulo César da Silva trabalhava como motorista de aplicativo, mas abandonou a profissão por causa da alta do combustível. "Eu estava praticamente pagando para trabalhar. No fim, não tive outra escolha, precisei procurar um emprego fixo", ressalta. Hoje, ele trabalha como garçom

Em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, o Estado de Minas verificou que o preço varia entre R\$ 5,95 e R\$ 6,49. Entretanto, o preço mais comum encontrado é de R\$ 6,19. É possível perceber aumento desde a última semana se comparado com pesquisa feita pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Entre os dias 15 e 21, o levantamento mostrou que o preço médio do combustível era de R\$ 6,166, com valor máximo do litro de R\$ 6,399 e o mínimo de R\$5,899.

Um motorista que abastece-ria o carro num posto com gasolina a R\$ 6,49 o litro desistiu da compra. "Parei sem ver a placa de preços. Quando vi na bomba, eu resolvi procurar outro posto. Em todos está cara (a gasolina), mas aqui eu me assustei", disse o consultor de vendas Carlos Pereira. Ao ser questionado sobre o

que tem feito para reduzir gastos, disse que, como roda a cidade a trabalho, fica atento aos postos que oferecem os preços menores.

#### Prejuízo de Valadares a Januária

"Está um absurdo o preço da gasolina. Desse jeito, as pessoas não terão dinheiro para abastecer. Acho que todo mundo vai ter que deixar o carro ou a moto em casa e andar a pé ou de bicicleta." O deabafo é da dona de casa Zenilma Alves Santana e não parece exagero diante do aumento nos preços do combustível. Como em todo Brasil, o valor da gasolina disparou em regiões como o Norte do estado, onde mora Zenilma.

A dona de casa vive em Januária, às margens do Rio São Francisco, onde o preço do litro do combustível na bomba no domingo chegou a R\$ 6,35. Na vizinha Pedras de Maria da Cruz, separada de Januária pelo Velho Chico, a gasolina está ainda mais cara e é vendida a R\$ 6,389 o litro.

"Realmente, (o preço do combustível) está muito caro, um absurdo. Teremos que rodar menos ou então andar de bicicleta ou a pé", afirma o mecânico José Adilson Guedes de Oliveira, marido de Zenilma. O servidor público Argemiro Pereira Lopes acha que o preço dos derivados de petróleo disparou por causa da formação de cartel pelos revendedores. "Não tem explicação. Este país está meio desandado. Fizeram um cartel e estão se enriquecendo com esse negócio. Falta cidadania a essas pessoas", avaliou.

No domingo, a reportagem do EM percorreu diversos postos de combustíveis em Montes Claros, cidade-pólo da região, onde o preço do litro da gasolina, na bomba, oscilava entre R\$ 6,159 e R\$ 6,299. "Acho que o preço da gasolina está muito alto por causa dos **impostos**. A metade do que a gente paga é de **tributos**", reclama o técnico em manutenção Aleff Rodrigues Soares.

**VALE DO JEQUITINHONHA** Em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, o preço da gasolina está mais elevado ainda, em R\$ 6,649 o litro. Morador da cidade, Wanderlan Costa Ramos reclama que a alta do derivado de petróleo dificulta o seu negócio de tele-entregas de cerveja. "Preciso abastecer toda semana e não posso repassar o reajuste do combustível para o meu cliente", disse.

Em Governador Valadares, no Leste de Minas, o litro da gasolina está custando R\$ 6,29 nos postos de combustíveis. O litro do etanol está sendo comercializado nas bombas a R\$ 4,49. Os preços são considerados altos por muitos motoristas e motociclistas, que reclamam do impacto provocado em

seus negócios e no dia a dia.

A florista Wilma Silva teve de se adaptar à despesa. A entrega de flores e plantas que ela fazia com frequência em vários bairros da cidade foi praticamente suspensa, porque o gasto com os combustíveis inviabilizou o preço cobrado pelos produtos.

"A gente não consegue repassar ao consumidor o custo das entregas", disse Wilma. O empresário Willerson Soares, que tem uma franquia de produtos de limpeza, também enfrenta dificuldades. "Vivo fazendo as contas para não deixar de atender o cliente com a entrega em domicílio, que é o diferencial do meu negócio", afirmou.

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>



## PELO BRASIL

Custo da gasolina comum nos postos revendedores (em R\$), entre os dias 15 e 21 deste mês

Estado	Preço médio	Preço mínimo	Preço máximo
Acre	6,450	6,190	7,130
Bahia	6,060	5,810	6,579
Espírito Santo	6,041	5,799	6,440
Goiás	6,274	5,870	6,679
Minas Gerais	6,185	5,899	6,759
Pará	6,035	5,580	6,699
Paraná	5,738	5,229	6,550
Rio de Janeiro	6,485	5,899	7,059
Rio Grande do Sul	6,149	5,729	7,189
Santa Catarina	5,740	5,399	6,099
São Paulo	5,626	4,990	6,549
Distrito Federal	6,357	6,299	6,399

Fonte: Agência Nacional do Petróleo (ANP)

## ■ Grande BH

Combustível	Preço médio (em R\$)	Variação %*	Maior preço (em R\$)	Menor preço (em R\$)
Gasolina	6,100	3,07	6,499	5,899
Etanol	4,576	5,95	4,899	4,299
Diesel	4,707	0,94	5,099	4,497

Fonte: Mercado Mineiro

(\*) pesquisa feita entre 5 e 22 de agosto

# IR maior sobre alta renda pode financiar proteção social, mostra estudo

*Marta Watanabe*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186987?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186987?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186987?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186987?page=1&section=1)

# Polêmicas de Ribeiro ignoram os desafios da educação (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186987?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186987?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186987?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186987?page=1&section=1)

# Bolsonaro, agora, politiza o fracasso - NAS ENTRELINHAS



POR LUIZ CARLOS AZEDO

Aos 32 meses de mandato, o presidente Jair Bolsonaro se depara com um cenário mórbido e nebuloso: a "gripezinha" matou 575 mil pessoas, o país tem 14 milhões de desempregados e a **inflação** pode chegar a 9%, se não houver uma mudança de rumo. Deficit fiscal, insegurança jurídica e instabilidade política formam o tripé que afugenta os investidores. A janela de oportunidade da retomada da economia global está sendo perdida.

Os verdadeiros problemas do país são de natureza objetiva e exigem soluções criativas, exequíveis e amparadas por amplo consenso nacional. Em circunstâncias normais, diante da gravidade da pandemia e de suas sequelas, principalmente a iniquidade social, o presidente da República, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) convergiriam suas decisões na direção dessas soluções. Mas não é o que acontece. Estamos na antessala de uma grave crise institucional, fabricada por Bolsonaro.

Seu problema não é falta de governabilidade-como com o apoio do Centrão no Congresso. É a governança, "a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país, visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções", segundo o Banco Mundial. Essa não é a praia de Bolsonaro.

A agenda do país é discutida em milhares de lives, pelos mais diversos públicos, que buscam saídas para a situação em que nos encontramos de olho no futuro.

O presidente ignora tudo isso, empenhado em levar adiante um programa ideológico, que só empolga os setores mais reacionários da sociedade. Mesmo os conservadores, que o apoiaram na eleição e participam do governo, têm uma agenda liberal voltada para os problemas reais, ainda que ignorem as questões sociais. Bolsonaro está governando apenas para seus seguidores fanatizados. A maioria dos ministros já se deu conta disso e se queixa do foco equivocado. O Palácio do Planalto é uma "jaula de cristal", na qual Bolso-naro constrói um mundo só dele.

As atenções do país estão voltadas para as manifestações convocadas para o dia 7 de setembro, que são apoiadas por Bolsonaro. Não haverá desfiles militares por causa da pandemia, porém estão previstas concentrações de defensores da intervenção militar em muitas cidades. Até a semana passada, pretendiam parar o país, cercar Brasília, invadir e fechar o Supremo Tribunal Federal (STF). Como era de se esperar, os mais ousados, como o presidente do PTB, Roberto Jefferson, e o cantor Sérgio Reis já sofreram as consequências desse projeto sedicioso. Mas Bolsonaro, em solidariedade a eles, pediu o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito das fake news, que investiga a atuação de grupos extremistas, e escalou mais um degrau no seu confronto com o Supremo.

Ontem, 23 governadores e dois vices se reuniram em Brasília para discutir a situação e construir uma barreira de contenção à escalada da radicalização golpista. Querem um encontro com Bolsonaro para discutir a relação republicana entre os entes federados. Coincidentemente, o governador de São Paulo, João Doria, demitiu o coronel da Polícia Militar que comandava a corporação no interior paulista porque atuava nas redes sociais convocando para os atos de 7 de setembro e pedindo o fechamento do Supremo. Os governadores firmaram uma espécie de pacto para impedir motins nas polícias militares. O caldo de cultura para isso existe, foi fomentado pelo presidente.

Ciclo fechado

Enquanto segue o baile da política, a economia se deteriora a olhos vistos. O cenário é de menos crescimento e mais **inflação**. Os juros de longo prazo superam 10% ao ano, segundo as taxas dos contratos

futuros com vencimento em janeiro de 2031. As apostas para o crescimento em 2022 caminham para a casa de 1,5%, uma taxa incapaz de gerar um volume expressivo de empregos. Para 2021, ainda prevalecem estimativas na casa dos 5% ou um pouco mais. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pode fechar 2021 em 7,5%, muito acima da meta de 3,75% deste ano. As reformas tributária e administrativa subiram no telhado. O que não passou até agora, provavelmente não mais passará. O Congresso não quer saber de remédios amargos. Bolsonaro também é negacionista na política monetária. O cobertor é curto, a política econômica deriva para o naufrágio. A alternativa que restou foi politizar o fracasso e pôr a culpa nos outros. Como não pode responsabilizar a oposição, culpa as instituições da República, principalmente o Supremo. É a velha cantilena de que a democracia não funciona.

## Guedes vê equilíbrio



**VERA BATISTA**

Após criticar o "negacionismo em relação à economia", que seria praticado pela mídia e alguns economistas de "centro-esquerda", o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que os fundamentos econômicos do país estão equilibrados. "No ano que vem, a previsão de deficit fiscal é de 0,3% do **PIB**. Acabou o déficit", disse, durante evento promovido por empresários do setor de varejo. Segundo ele, nos próximos dias o governo anunciará mais um recorde de arrecadação.

O ministro defendeu mais uma vez a polêmica PEC dos precatórios e ainda deu um puxão de orelhas no presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), a quem acusou de ter abandonado a agenda de reformas. "Em algum momento, ele vai se engajar na agenda das reformas. Nós precisamos de apoio parlamentar", assinalou.

Paulo Guedes afirmou, ainda, que, em conversas com os ministros Luiz Fux e Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ficou acertado que haverá "um encontro de contas, assim como já foi feito com as dívidas de estados e municípios, que se valem do parcelamento dos precatórios". "Nós precisamos desse apoio para fazer essa PEC (dos precatórios). Tem muitos interesses políticos. Antecipação das eleições. A mídia está fazendo seu papel, mas existem militantes na mídia, assim como também economistas militantes". O ministro admitiu, porém, que "existe muita dúvida, incerteza e insegurança no momento". "A democracia é barulhenta. Temos que entender o barulho, que é melhor do que o silêncio da ditadura. Mas temos que nos concentrar no que temos de fazer", afirmou.

# Investir para o PIB crescer mais - RAUL VELLOSO

## RAUL VELLOSO

Insisto na advertência que venho fazendo com base na constatação de que a combinação de regras generosas na previdência pública com fatores de ordem demográfica tem levado ao forte crescimento dos custos previdenciários (deficits mais contribuições patronais) nos entes subnacionais, e, por consequência, à derrocada dos seus investimentos, situação essa que, mesmo com a reforma (Emenda 103/19) de 2019, mostra tendência a piorar nos próximos anos.

Quando se pensa que esse fenômeno ocorre, também, no âmbito do Governo Central, fazendo com que os deficits previdenciários anuais estejam hoje, no total, próximos de uma "dentada" de R\$ 200 bilhões por ano, ou 2,8% do **PIB**, o agravamento recente da crise financeira da previdência pública brasileira se tornou, isoladamente, uma séria trava nas possibilidades de crescimento da economia e da ampliação da geração de emprego em nosso país, algo que precisamos consertar.

Por que não cortar outros itens que não os investimentos? Para um caso concreto de um ente municipal que estudei detalhadamente, um dos de maior dimensão no país, caberia decompor seus gastos totais nos seguintes grandes subitens: 1) inativos e pensionistas (que são a parte central do custo previdenciário e representaram 14% do gasto total nesse caso específico); 2) pessoal ativo (30%); 3) demais gastos correntes (50%, sendo 39% compostos de gastos correntes obrigatórios - ou seja, amparados em alguma legislação específica, e 11% de gastos totalmente discricionários), fechando a conta o quarto item, ou seja, o investimento, com 6% do total.

Como demitir pessoal e reduzir salários é praticamente impossível, diante da rigidez dos gastos obrigatórios, sobram apenas os 17% de gastos discricionários (investimento e "demais gastos correntes") para fazer ajuste em reação à disparada dos custos previdenciários. Na verdade, não há muito como escapar do ajuste dos investimentos, pois os "demais gastos correntes" têm muito a ver com o funcionamento da máquina pública e acabam sendo poupados nessas horas.

Por outro lado, contar com aumento da arrecadação

tributária é temerário, especialmente quando se observa sua desabada recente, mercê da própria queda da taxa de crescimento da economia de 2013 para cá. Aliás, o que se quer aqui é exatamente identificar caminhos capazes de retomar o crescimento dos investimentos públicos, do **PIB** e, por consequência, da arrecadação, não se podendo contar com algo que ainda terá de ser feito.

Diante das perspectivas desfavoráveis de crescimento do **PIB** que se apresentam, por vários motivos, até o momento, os entes públicos precisam, em consequência, concentrar seus esforços no equacionamento dos deficits previdenciários, que, na grande maioria dos casos por mim observados ultimamente, continuam mostrando tendências francamente desfavoráveis nos anos vindouros.

Essa foi a surpresa desagradável revelada na versão mais recente dos estudos atuariais que os estados e municípios realizam regularmente, que, na maioria dos casos, indicaram uma forte subida do chamado "custo previdenciário", que embute a soma das últimas projeções, ano a ano, dos deficits previdenciários anuais com as respectivas contribuições patronais, em contraste com uma evolução menos prejudicial dos demais itens dos respectivos orçamentos. A soma desses custos anuais, trazidos a valor presente, indicará o chamado "deficit atuarial", compromisso obrigatório, em valores acumulados, assumido pelo ente público perante seus servidores, para o custeio de suas despesas, ano a ano, após seu ingresso nas situações de aposentadoria e pensão.

A saída básica, então, é atacar frontalmente o problema previdenciário, buscando equacioná-lo, de forma a abrir espaço para os investimentos se expandirem e a economia brasileira entrar em um círculo virtuoso.

Nesse sentido, são três as linhas gerais de atuação das políticas da área. A primeira seria a aprovação de uma nova reforma com regras menos concessivas, em adição à rodada de 2019, pois o impacto desta ficou bem abaixo das expectativas. A segunda é o aporte e monetização de ativos e recebíveis em geral em fundos criados para dar conta do financiamento dos fluxos previdenciários, durante a vida útil do regime em causa. E, por último, a busca de maior retorno nas aplicações financeiras da própria entidade. Numa

palavra, trata-se de equacionar o desequilíbrio do regime previdenciário a priori, por meio da zeragem do valor presente da diferença entre receitas e despesas ao longo de "x" anos, ou seja, em que, dados os fluxos futuros de despesas conforme as regras existentes, novas receitas ocorrem tanto de uma vez só, como no caso dos imóveis, como ao longo de um período rumo ao futuro, sem importar quão longo esse seja, pois "securitizações" ou antecipações de seu recebimento via operações de mercado financeiro são sempre possíveis, e com base em uma taxa de desconto adequada "y" escolhida especificamente para essa finalidade.

# Governo elabora projeto com dados defasados

**ROSANA HESSEL**

A contagem regressiva para o governo encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2022 ao Congresso Nacional começou. O prazo termina no próximo dia 31, e tudo indica que o governo enviará aos parlamentares uma enorme peça de ficção, apesar de o ministro da Economia, Paulo Guedes, constantemente afirmar que apresentaria um Orçamento o mais realista possível.

Os problemas do Ploa de 2022 são muitos e, por conta disso, não haverá espaço para novas despesas do governo, que tenta emplacar a todo custo a principal bandeira da campanha do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em 2022, o Auxílio Brasil, mas não consegue recurso.

O governo será obrigado a colocar no Orçamento a previsão de despesa de R\$ 89,1 bilhões com precatórios (dívidas judiciais da União), porque a polêmica Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite o parcelamento dessa despesa ainda não tem sequer um relator. Portanto, não haverá espaço extra para novas despesas. A medida é considerada inconstitucional pela maioria dos especialistas. Eles alertam, ainda, que a PEC burla o teto de gastos e acaba com a regra de ouro, que proíbe o governo de emitir dívida pública para pagar despesas correntes, como salários e aposentadorias, sem o aval do Congresso.

Mas os principais problemas do Orçamento começam pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que norteia a elaboração do Ploa. Os parâmetros da LDO, publicada ontem no Diário Oficial da União, estão desatualizados. Os dados não condizem com as projeções do mercado e, portanto, tornam as previsões de receita e de despesas fora da realidade.

"O orçamento que será enviado ao Congresso será uma mera folha de papel. Não vai ter consistência alguma", destacou o especialista em contas públicas Leonardo Ribeiro, economista do Senado Federal. Ele lembrou que cerca de 70% das despesas obrigatórias são indexadas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que deverá encerrar o ano bem acima dos 4,27% previstos pelo governo, ou da última projeção do Ministério da Economia, de 6,2%.

Com base na estimativa de INPC, a LDO projeta o salário mínimo de 2022 em R\$ 1.147. Mas, se for considerado um reajuste de 8% (segundo a previsão de mercado para o índice), o valor do piso salarial passaria para R\$ 1.188. Para cada real adicional no salário mínimo, as despesas do governo aumentam R\$ 350 milhões. Logo, esses R\$ 41 a mais no mínimo implicariam em um gasto adicional de R\$ 14,3 bilhões, que precisará ser incluído em algum momento no Orçamento. Esse montante integra a lista das surpresas que devem pressionar o teto de gastos, cuja margem adicional já está encolhendo por conta da persistência da **inflação** neste segundo semestre. De acordo com a economista Juliana Damasceno, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), apenas pelo fato de o INPC encerrar 2021 dois pontos percentuais acima da previsão de 6,2% do governo, a margem extra do teto estimada pelo governo deverá encolher R\$ 16 bilhões, passando de R\$ 30,4 bilhões para R\$ 14,4 bilhões. Logo, o governo não vai ter espaço para conceder o reajuste de 50% no Bolsa Família como o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) vinha prometendo, o que implicaria em um benefício perto de R\$ 300, mas que custaria cerca de R\$ 30 bilhões além da previsão inicial para o programa no ano que vem, em torno de R\$ 35 bilhões, destacou Juliana Damasceno. "A cada mês que passa, esse espaço extra fica mais apertado. Os parâmetros da LDO estão defasados, e o governo ainda precisará incluir os precatórios nessa conta", disse a pesquisadora do Ibre. "As premissas adotadas na LDO são fantasiosas. Crescimento de 2,5% e IPCA de 3,5% para 2022, não há quem justifique. Selic média a 4,74% ao ano e dólar médio de R\$ 5,15, também não", resumiu o economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves.

Peça de ficção

Parâmetros macroeconômicos da LDO de 2022, que devem constar no Orçamento, estão defasados

Indicador	2021	2022	LDO Mercado*	LDO Mercado*
Crescimento real PIB (%)	3,20	5,27	3,20	5,27
IPCA acumulado (%)	2,50	2,00	4,42	7,18
Taxa Selic (% a.a.)	2,8	7,50	4,70	7,50
Taxa de câmbio (R\$/dólar)	5,30	5,21	5,15	5,20

\*dados do boletim Focus, do Banco Central  
Fontes: LDO de 2022, Banco Central e FGV Ibre

4,27%

Índice previsto na LDO para a correção do salário mínimo, que iria a R\$ 1.147 em 2022

8,1%

Previsão do FGV Ibre para o INPC deste ano, que é o fator de correção do piso salarial, o que poderá gerar uma despesa adicional de R\$ 16 bilhões

# Culpar ICMS por alta de combustível é falácia, dizem governadores

**Thiago Resende Renato Machado Nicola Pamplona**

O discurso do presidente Jair Bolsonaro culpando os estados pelo aumento nos preços dos combustíveis começou a provocar questionamentos até de governadores identificados com o governo, que jogam a responsabilidade pelas altas na Petrobras e na elevada taxa de câmbio.

Nesta segunda-feira (23), os governadores do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), e do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), criticaram a pressão por cortes no ICMS dos combustíveis, principal linha de defesa do presidente contra a escalada dos preços.

Para Ibaneis, o argumento "é uma falácia que se coloca na tentativa de culpar os governadores". Castro defendeu que o prejuízo social causado por eventual redução do ICMS sem planejamento prévio "pode acabar sendo pior para todos".

Após o Fórum dos Governadores, Ibaneis afirmou que o clima político no país gera efeitos negativos na economia, com impacto inclusive no câmbio, pressionando o o preço dos combustíveis.

"Nenhum governador tem aumentado o ICMS sobre combustíveis. Ele é cobrado como era cobrado há dez anos atrás. Então isso é uma falácia que se coloca na tentativa de culpar os governadores pelos nove aumentos que a Petrobras produziu nos combustíveis", afirmou o governador do Distrito Federal.

Ibaneis já foi um grande aliado de Bolsonaro, mas tem se distanciado do presidente recentemente. Ele foi um dos 13 governadores que assinaram nota em apoio ao STF (Supremo Tribunal Federal), alvo de ataques de Bolsonaro.

O governador do Rio ainda se mantém próximo ao presidente da República. Ainda assim, foi às redes sociais nesta segunda questionar as afirmações de Bolsonaro. "Não há nos últimos 3 anos nenhum aumento de ICMS por parte do Estado", afirmou.

"Há aumento por parte da Petrobras no valor do combustível. O imposto representa 17% da nossa receita. Não podemos zerá-lo de uma hora pra outra e é por isso que precisamos ser honestos com a

população."

De fato, as alíquotas de ICMS sobre os combustíveis têm se mantido estáveis. Mas como o imposto é calculado sobre o preço de bomba, os governos estaduais se beneficiam da alta com uma arrecadação maior.

Para especialistas do mercado de combustíveis, o modelo de cobrança retroalimenta a alta nos postos, já que o valor em reais do imposto sobe quando o preço está alto, provocando novos repasses às bombas. Essa tese é usada por Bolsonaro para defender a adoção de um valor fixo para o ICMS sobre os combustíveis.

Na semana passada, em evento ao lado do governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), Bolsonaro voltou a pressionar os estados e defender o governo federal contra as críticas pela alta dos preços, que tem provocado impactos em sua popularidade.

"O vilão não é o governo federal. A gente lamenta que alguns estados do Brasil, como o maior estado economicamente ativo, foi o estado que mais aumentou o ICMS em plena pandemia. É lamentável isso", discursou o presidente.

Dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) compilados pelo Ministério de Minas e Energia mostram que o peso da gasolina pura no preço final dos combustíveis subiu de 27,5% em dezembro de 2018 para 35,6% em abril, último dado disponível.

Segundo esses dados, gasolina e a parcela de etanol anidro na mistura vendida nos postos puxaram os preços de bomba desde o início do governo Bolsonaro, com altas de 46,6% e 44,6% no período, já descontada a **inflação**.

Já o ICMS subiu 24,7%, o que fez com que sua fatia na composição final do preço caísse de 29,5% para 28,1%.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

**47**

# Brasil está "dentro do jogo" com inflação de 8% em 2021, afirma Guedes

**Thiago Resende**

O ministro Paulo Guedes (Economia) disse nesta segunda-feira (23) que não há descontrole da **inflação** no país.

Estimativas de analistas do mercado financeiro, divulgadas pelo Banco Central, apontam que o IPCA (índice oficial de **inflação**) deverá superar 7% neste ano.

Em evento virtual com empresas do varejo brasileiro, Guedes disse que, quando a **inflação** "sobe um pouco", há afirmações de que os preços estão se elevando de forma descontrolada.

"Não há descontrole. A **inflação** está subindo no mundo inteiro", afirmou. O ministro citou que a **inflação** nos Estados Unidos deve ser de aproximadamente 7%. "A nossa ser 7% ou 8% também; estamos dentro do jogo", completou.

Guedes declarou que o Banco Central vai atuar para enfrentar a **inflação**. "Temos que ter confiança nas nossas instituições."

Ele voltou a dizer que há uma disputa política no país, mas que, em relação aos fundamentos econômicos, há avanços.

"É verdade que tem mais **inflação**, mas também tem mais crescimento, então tem mais arrecadação e menos déficit, porque nós estamos controlando as despesas. Então não vamos cair na tentação de transformar essa politização, antecipando as eleições, num diagnóstico de que o Brasil tem um colapso econômico, porque não é verdade", afirmou o ministro.

Ele destacou que dados como o de consumo de energia e de combustível sinalizam o vigor da atividade e que os fundamentos estão melhorando, inclusive do lado fiscal, em que apontou queda de despesas e a "explosão" da arrecadação, incluindo o número de julho que será divulgado nesta semana.

"É importante não nos deixarmos abater pelos pessimistas, não deixarmos nos abater pelos que estão politizando. Primeiro subiram em cadáveres para fazer política, agora que a vacinação em massa está avançando estão criando crises também, uma atrás da

outra, só enfatizam o que está dando errado", disse.

"Ora, não podemos ser negacionistas em matéria econômica. Se o Brasil está crescendo 5,5%, se os investimentos estão aumentando, alguma coisa certa deve estar acontecendo também."

Guedes disse que, depois de errarem ao prever que a economia cairia perto de 10% em 2020 e ao duvidarem da recuperação em V, os críticos também falharão ao estimar que a economia não crescerá no ano que vem.

"O Brasil vai mais uma vez desmentir as previsões dos pessimistas", disse, destacando que o país poderá crescer em 2022 em patamar semelhante ao deste ano.

Guedes voltou a chamar o aumento das despesas com precatórios (dívidas reconhecidas na Justiça) de "meteoro".

Segundo ele, a proposta de parcelar o pagamento dessas dívidas tem apoio de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), pois a medida não é uma inovação.

Interlocutores do BC descartam pressão contra autonomia

O Banco Central vê baralho quanto ao efetivo apoio do Planalto à sua autonomia formal, sancionada em lei deste ano, mas não sente movimento ou pressão do presidente Jair Bolsonaro contra o status recém-adquirido, disseram à Reuters, sob a condição de anonimato, pessoas que acompanham o tema na autoridade monetária.

Os técnicos do BC perceberam a insatisfação do presidente quando o procurador-geral da República, Augusto Aras, se manifestou no fim de abril pela inconstitucionalidade da lei que garantiu a autonomia do BC. Aras e o presidente são próximos.

Por isso, notícias de que Bolsonaro estaria arrependido por ter garantido a autonomia não causaram surpresa, dizem os interlocutores. Por outro lado, destacam que não houve pressão efetiva contra a instituição. A expectativa é que o STF chame a autonomia.

Na sexta (20), a agência de notícias Associated Press publicou que Bolsonaro confidenciou a interlocutores ter se arrependido da lei de autonomia, assinada em fevereiro.

À Reuters o Planalto respondeu que Bolsonaro é favorável à autonomia do BC.

O STF deve julgar nesta quarta (25) a validade da lei que deu autonomia ao BC e também estabeleceu mandatos fixos para presidente e diretores. Procurado, o BC não havia se manifestado até a publicação deste texto.

**INCERTEZA POLÍTICA E FISCAL VOLTA a puxar bolsa para baixo**

Sem forças para acompanhar o bom humor dos mercados internacionais, o Ibovespa, principal índice acionário do país, encerrou em queda de 0,49%, aos 117.471 pontos. Na sexta-feira (20), o presidente Jair Bolsonaro protocolou um pedido de impeachment contra o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes. As incertezas em relação ao Orçamento do governo para 2022 também seguem no radar dos investidores. Depois de um dia volátil, o dólar encerrou perto da estabilidade.

A moeda caiu 0,07%, para R\$5,3810.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>**

**47**

# A hemorragia da evasão escolar (Editorial)

A pandemia provocou a mais severa ruptura da educação global da história.

As consequências mal começaram a ser calculadas, serão sentidas por anos e podem deixar sequelas permanentes em toda uma geração. Além da defasagem no aprendizado devida ao apagão escolar, no Brasil uma mazela crônica, que se tornou aguda na pandemia - e, dada a deterioração do orçamento das famílias de baixa renda, deve se agravar logo depois dela -, é a evasão escolar.

Por isso, não poderia ser mais procedente o anúncio do governador de São Paulo, João Doria, de que o Estado oferecerá bolsas de estudo no valor de R\$ 1.000 anuais ao longo de 2021 e 2022 a 300 mil alunos do ensino médio.

Já antes da pandemia, a taxa de conclusão dos alunos do ensino médio antes de completar 25 anos era de apenas 58%.

A título de comparação, no Chile é de 86% e nos países da OCDE, de 79%.

Além da lesão ao direito fundamental de cada jovem à educação, base de todo desenvolvimento humano na vida adulta, a evasão tem consequências sociais e econômicas. Um estudo da Fundação Roberto Marinho calculou que cada ponto porcentual de redução dos índices de evasão equivale a 550 homicídios a menos por ano. O levantamento estima que o prejuízo causado pela evasão corresponda a R\$ 372 mil ao ano por aluno, no total, R\$ 214 bilhões por ano, ou 3% do **PIB**.

Um dos fatores estruturais que explicam as baixas taxas de conclusão é a pouca atratividade dos currículos. A maleabilidade da nova base curricular dará às escolas a oportunidade de oferecer conteúdos diversificados e robustecer opções de formação técnica ou profissional.

Outros dois fatores são o excesso de reprovações e a necessidade de buscar trabalho.

Ambos foram agravados pela pandemia.

Segundo o Unicef, em 2020, 5,5 milhões de brasileiros entre 6 e 17 anos não tiveram acesso a atividades escolares. Entre eles, 1,38 milhão abandonou o ensino. São 3,8% dos estudantes, enquanto em 2019 foram 2%. "A taxa de conclusão do ensino médio deve

voltar (na América Latina) aos níveis de 1971 a 1975 por conta da pandemia.

Não estamos falando de uma regressão de alguns anos, estamos falando de décadas", afirmou o secretário de Educação de São Paulo, Rossieli Soares, no lançamento do programa Bolsa do Povo Educação.

O programa integra a Rede de Proteção Social de São Paulo, que beneficia mais de 2 milhões de pessoas em alta vulnerabilidade.

As 300 mil bolsas cobrem os mais de 20% dos alunos do ensino médio em situação de pobreza e pobreza extrema.

Os beneficiados deverão obedecer a uma frequência mínima de 80% e estudar duas horas por dia pelo aplicativo Centro de Mídias SP. Os alunos do 3.º ano também deverão realizar atividades preparatórias para o Enem. O foco no ensino médio é pertinente, porque, além de ser a área específica de responsabilidade dos governos estaduais, é onde se verificam as maiores taxas de evasão.

O programa também pagará R\$ 500 mensais a 20 mil pais e mães de alunos para trabalharem quatro horas por dia nas escolas, em atividades como acompanhamento de protocolos sanitários, apoio à educação especial ou a busca ativa de estudantes que abandonaram os estudos. Além de reforçar as equipes escolares nas condições excepcionais da pandemia, o programa proporcionará renda para parte da população desempregada e será uma oportunidade de reforçar o vínculo entre alunos, pais e professores, o que também terá efeitos positivos contra a evasão.

O programa paulista é um modelo que deveria ser replicado em outros Estados. Com o auxílio federal e a arrecadação acima das expectativas, os entes subnacionais fecharam 2020 com o caixa abastecido. É difícil imaginar um destino melhor para esses recursos do que o combate à evasão escolar.

Além de aumentar a pobreza no curto prazo, aprofundar as desigualdades sociais no médio prazo e deteriorar a formação de capital humano indispensável para o desenvolvimento sustentável, a evasão tolhe de cada jovem um horizonte virtualmente infinito de possibilidades.

É uma perda irreversível e nenhum esforço para

impedi-la é demais.

Programa Bolsa do Povo Educação é um modelo que deveria ser replicado em outros Estados

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# É abuso reajustar Fundo Eleitoral acima da inflação (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Contra temor fiscal

**MANOEL VENTURA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Tesouro diminui emissão de títulos com alta de juros

**STEPHANIE TONDO E MANOEL VENTURA**  
*economia@oglobo.com.br RIO E BRASÍLIA*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Casa Verde e Amarela pode ter revisão

**Chiara Quintão e Edna Simão**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186987?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186987?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186987?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186987?page=1&section=1)